

Demonstrações Contábeis

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio social	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores da
Associação Obras Sociais Irmã Dulce
Salvador - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Obras Sociais Irmã Dulce (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à adequação do saldo contábil da rubrica de “fornecedores” em 31 de dezembro de 2019, período comparativo, no total de R\$16.722 mil. Consequentemente, não pudemos concluir quanto à adequação do referido saldo contábil, nem quanto à eventual necessidade de ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 20 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.722	42.408
Contas a receber	5	20.063	14.186
Estoques	6	16.504	9.278
Convênios a receber	7	19.353	22.013
Outros ativos		2.823	2.267
		136.465	90.152
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	8	1.721	860
Outros ativos		308	298
Imobilizado			
Intangível	9	43.813	41.952
		63	63
		45.905	43.173
Total do ativo		182.370	133.325
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	10	21.262	16.722
Empréstimos e financiamentos	11	255	255
Obrigações tributárias		1.768	2.340
Obrigações sociais e trabalhistas	12	28.670	22.102
Provisão para rescisões trabalhistas	13	14.672	14.125
Recursos de convênios em execução	7	64.823	26.047
Outras contas a pagar		1.279	58
		132.729	81.649
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	2.746	595
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	9.462	8.462
		12.208	9.057
Patrimônio social			
Fundo patrimonial	15	8.198	8.198
Doações e subvenções		19.705	19.705
Reserva de reavaliação		10.833	11.082
Superávits (déficits) acumulados		(1.303)	3.634
		37.433	42.619
Total do passivo e do patrimônio social		182.370	133.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
Receitas operacionais brutas			
Com restrição:			
Programa de saúde/convênio		8.517	1.629
Programa de saúde	16	208.711	130.883
Programa de assistência social	17	1.596	2.014
Rendimentos financeiros-saúde		96	-
Sem restrição:			
Sistema único de saúde - POA	18	162.763	168.027
Subvenções		-	18.000
Doações		17.627	16.313
Vendas de produtos e mercadorias		11.088	13.250
Outros recursos recebidos		2.652	2.631
		413.050	352.747
Custos dos serviços prestados			
Saúde	19	(331.563)	(269.571)
Assistência social		(18.442)	(19.715)
		(350.005)	(289.286)
Resultado operacional bruto		63.045	63.461
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(22.861)	(30.761)
Despesas gerais e administrativas	21	(37.355)	(16.440)
Materiais diversos		(8.690)	(10.129)
Depreciação		(745)	(1.434)
Outras receitas operacionais, líquidas		2.469	3.419
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(4.137)	8.116
Receitas financeiras		178	177
Despesas financeiras		(1.227)	(1.050)
Superávit (déficit) do exercício		(5.186)	7.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit (déficit) do exercício	(5.186)	7.243
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>(5.186)</u>	<u>7.243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração das mutações do patrimônio social
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social		Doações e subvenções para investimentos	Reserva de reavaliação	Total
	Fundo patrimonial	Superávit (déficit) acumulado			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198	(3.858)	19.705	11.331	35.376
Realização da reserva de reavaliação	-	249	-	(249)	-
Superávit do exercício	-	7.243	-	-	7.243
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.198	3.634	19.705	11.082	42.619
Realização da reserva de reavaliação	-	249	-	(249)	-
Déficit do exercício	-	(5.186)	-	-	(5.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.198	(1.303)	19.705	10.833	37.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(5.186)	7.243
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício ao caixa:		
Depreciação	3.253	5.424
Provisões para rescisões trabalhistas	547	720
Valor residual do ativo imobilizado baixado	29	17
Provisão para perda nos estoques	28	99
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	319	929
Provisão para perdas em processos judiciais	1.000	297
	(10)	14.729
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(6.195)	14.209
Estoques	(7.255)	(2.017)
Convênios a receber	(5.048)	6.856
Outros ativos	(566)	(596)
Depósitos judiciais	(862)	1.075
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	4.631	3.783
Obrigações trabalhistas e tributárias	5.994	1.179
Recursos de convênios em execução	50.197	7.799
Outras contas a pagar	1.219	(358)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.105	46.659
Atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(8.875)	(9.701)
Adições ao intangível	(77)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.952)	(9.701)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	17.964	27.896
Pagamento de empréstimos	(15.803)	(37.564)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	2.161	(9.668)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	35.314	27.290
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	42.408	15.118
No final do exercício	77.722	42.408
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	35.314	27.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Associação Obras Sociais Irmã Dulce (“Entidade”) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, que foi fundada e idealizada por Irmã Dulce Lopes Pontes, em 26 de maio de 1959 e instalada a 15 de agosto de 1959.

A Entidade tem por fim: (i) desenvolver a assistência social, hospitalar e farmacêutica, ação educativa e caridade, podendo, para tanto, promover a obtenção de recursos no Setor Público e no Setor Privado; e (ii) propor aos poderes públicos a adoção de providências e edição de normas com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a assistência hospitalar, social e educacional dos doentes, idosos e crianças carentes.

Para desempenho de sua ação educativa, a Entidade poderá ampliá-la à área profissionalizante, inclusive organizando unidades para a produção e comercialização de bens ou serviços gerados por meio da educação pelo trabalho.

A Entidade presta atendimento completamente gratuito, e os seus recursos são oriundos eminentemente do Sistema Único de Saúde (SUS), das doações e dos convênios celebrados com o Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, não existindo qualquer contraprestação compulsória por parte do paciente pelo serviço prestado. Consequentemente, todos os gastos e despesas incorridos pela Entidade estão relacionados com suas finalidades estatutárias.

Canonização da Fundadora - Santa Dulce dos Pobres

A causa da Canonização de Irmã Dulce foi iniciada em janeiro de 2000. Com o início do processo, seus restos mortais, que desde 1992 (ano de seu falecimento) estavam na Igreja da Conceição da Praia, foram então transferidos para a Capela do Convento Santo Antônio, na sede das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), também em Salvador. A validação jurídica do virtual milagre presente no processo foi emitida pela Santa Sé em junho de 2003. Já em abril de 2009, o Papa Bento XVI reconheceu as virtudes heroicas da Serva de Deus Dulce Lopes Pontes, autorizando oficialmente a concessão do título de Venerável à freira baiana. O título foi o reconhecimento de que Irmã Dulce viveu, em grau heroico, as virtudes cristãs da Fé, Esperança e Caridade.

1.1. Impactos da COVID-19

Em virtude da declaração do surto da COVID- 19 como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”), diversas ações foram tomadas pelos governos em diversos países inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federais, Estaduais e Municipais. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas causando incertezas.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Impactos da COVID-19--Continuação

A Entidade atuou rapidamente em obediência às autoridades de saúde de acordo com os protocolos por eles preconizados, fechou seu ambulatório, suspendeu cirurgias eletivas, reduziu o número de leitos ocupados e fechou suas lojas comerciais.

Parte dessas medidas ainda são adotadas, embora, gradativamente as atividades operacionais e administrativas tenham sido retomadas, porém, com observância das medidas e orientações editadas pelas autoridades sanitárias do Estado e do Município e do corpo técnico de Infectologia da Entidade.

Tão logo os profissionais de saúde foram incluídos na Campanha de Vacinação contra a COVID-19, todos os profissionais técnicos e administrativos da Entidade foram vacinados.

Perduram ainda no cenário atual os efeitos econômicos já observados foram a redução a zero do faturamento das atividades comerciais em alguns meses do exercício, bem como, o aumento expressivo dos preços dos insumos hospitalares, especialmente de EPIs e medicamentos acompanhado da escassez desses insumos no mercado. Com a perda de validade da MP 927, a Entidade com fim de minimizar os efeitos econômicos sobre a folha de pagamento, promoveu a readequação do seu quadro funcional.

Impactos nas demonstrações contábeis

A Entidade está monitorando os possíveis riscos inerentes à COVID-19 que possam vir a afetar suas operações. Até a presente data, não houve mudança significativa em relação a prestação de serviços, ativos imobilizados e demais posições patrimoniais em decorrência da pandemia de COVID-19.

A administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 20 de setembro de 2021.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis e afirma que todas as informações relevantes e próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Entidade.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Notas 5 e 7: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9: Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 14: Provisão para riscos cíveis e trabalhistas.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação da Governança Corporativa para destinação.

3.2. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária.

3.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição usando-se o método da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo, e etc.).

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado

Mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e a partir do exercício de 2008, líquido dos saldos de doações e subvenções aplicadas em imobilizado.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas médias anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações e benfeitorias: 1,79%;
- Máquinas e equipamentos: 4% a 33,3%;
- Equipamentos médicos: 6,7% a 33,3%;
- Aparelhos diversos: 5% a 33,3%;
- Móveis e utensílios: 5,26% a 14,29%;
- Veículos: 10% a 20%;
- Equipamentos de informática: 5,88% a 33,3%;
- Outros ativos: 12,5% a 4,17%.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Bem reversível - imóvel

Em setembro de 2013, a Entidade recebeu do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Administração sob Contrato de Concessão de Uso nº 0001/2013, não oneroso, pelo prazo de 20 anos do bem imóvel do antigo Campo do SESI, no montante de R\$2.267, para a construção de um centro oncológico (radioterapia) destinado ao atendimento integral de pacientes do SUS, podendo o Estado da Bahia no final do contrato realizar a transferência dominial de maneira gratuita.

Em fevereiro de 2019, A Entidade (permissionária) firmou com o Município de Salvador (permitente), o Termo de Permissão de Uso, no qual a permitente outorga em caráter precário, discricionário e unilateral a utilização de forma especial de parte da área do Abrigo Dom Pedro II pelo prazo de 10 anos, podendo ser renovado a critério do permitente. A permissionária fica obrigada a manter e conservar as edificações arroladas no Termo, bem como os jardins. O termo não gera direito a indenização pelo permitente. Findo o prazo de vigência do Termo sem renovação ou prorrogação, extingue-se a permissão com a devolução imediata do imóvel ao permitente.

3.5. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.8. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 360 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços, são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em Caderneta de Poupança e Fundos de Curto Prazo e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Receitas do segmento de saúde

São receitas oriundas da contratação dos leitos pertencentes ao Hospital Santo Antônio e postos à disposição dos gestores Estadual e Municipal, por meio do Sistema Único de Saúde, pelo instrumento de contratualização de hospitais privados filantrópicos, pagos por dotação orçamentária do Ministério da Saúde. São reconhecidas no resultado pelo seu valor justo mensurado mensalmente por meio do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas contratadas e pelo valor fixado no Contrato de Metas.

Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, revisado pelo CPC 07(R1), em 05/11/2010. A Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Apuração do superávit (déficit)--Continuação

Receitas de doações

São alocadas as receitas com doações em espécie e de bens móveis ou imóveis, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

Receitas de venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Entidade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Entidade e aplicados integralmente para a consecução de seus objetivos sociais.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de despesas financeiras.

3.10. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º Lei nº 9.718/98, artigo 10 § 3º e 18, IV) Decreto 9.580/2018, artigos 181 e 184:

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Tributação--Continuação

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Com a mudança do formato de concessão de imunidade tributária municipal, em Salvador, promovida pela atual gestão do município, a Entidade necessitou pedir novo reconhecimento de imunidade tributária municipal, por meio do processo nº 87.646/2013, tendo seu pleito deferido publicado no Diário Oficial do Município de Salvador, em 19 de março de 2014, para o IPTU, não incidência de Taxa de Coleta, Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares-TRSD e ISS.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Entidade gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa (Nota 4);

Mensurados pelo custo amortizado

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Entidade possui e mantém classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), as contas a receber (Nota 5) e os convênios a receber (Nota 7).

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 exige que a Entidade reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Entidade avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

ii) Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Entidade compreendem:

- Fornecedores;
- Empréstimos e financiamentos (Nota 11);

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

3.13. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Entidade.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Rendimento	2020	2019
Recursos sem restrição:			
Caixa e conta corrente		93	87
Aplicações financeiras	5,00% CDI a 9,8% a.a.	17.810	15.287
		17.903	15.374
Recursos com restrição:			
Caixa e conta corrente		6	239
Fundos de curto prazo	5,00%CDI a 13,54% a.a.	58.510	25.521
Poupanças	TR+6,00 a.a.%	1.303	1.274
		59.819	27.034
		77.722	42.408

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos das aplicações são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e suas taxas equivalem às de mercado para esse tipo de aplicação.

5. Contas a receber

Descrição	2020	2019
Plano operativo anual (a)	13.390	13.153
Sistema Único de Saúde - Alta Complexidade. -SUS	4.742	-
Clientes por vendas de produtos	4.828	2.887
Clientes lojas	9	734
Outras contas a receber	219	219
	23.188	16.993
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(3.125)	(2.807)
	20.063	14.186

a) Plano operativo anual

Em função do município de Salvador ter alcançado a gestão plena da saúde, em março de 2006, a SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Salvador assumiu a gestão do contrato, por meio do Termo de Convênio 018/2007, cujo objetivo é prestar serviços assistenciais, de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da integração do hospital à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo Anual. Em 2011, o Ministério da Saúde por meio da Portaria SAS/MS nº 741, transferiu a Entidade para a gestão estadual, por meio do contrato 111/2011. As Portarias SAS/MS nº297 de março de 2013, nº 176 de março de 2014 e nº 322 de abril de 2015, prorrogaram sucessivamente a permanência da Entidade na gestão estadual, vigente até a data do balanço.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

a) Plano operativo anual--Continuação

Para os exercícios 2015-2016, a permanência na gestão do Estado da Bahia foi aprovada pela Resolução CIB 067/2015 de maio de 2015. O Plano Operativo é regido pelo Contrato 06/2012, com o 7º Termo Aditivo que vigeu até maio de 2015. A Entidade continuou prestando serviços ao Gestor Local do SUS até 31 de dezembro de 2016, sem cobertura contratual. Em 13 de março de 2017, foi assinado o Contrato 014/2016, com prazo de vigência de 180 dias. A Entidade continuou ao longo do exercício prestando serviços ao Sistema Único de Saúde, sem solução de continuidade nas avaliações mensais de desempenho e cumprimentos de metas pactuadas no referido Contrato 014/2016, como também, recebendo as remunerações pelos serviços prestados. A Entidade, por intermédio da carta CE SUP 73/2017, em 31 de outubro de 2017, solicitou a adoção de providências do Gestor do SUS, visando à celebração do novo Contrato, com a finalidade de se manter integrada à rede SUS do Estado da Bahia. A Entidade permaneceu sem contrato entre outubro de 2017 e dezembro de 2018, no entanto, continuou prestando serviços regularmente ao Gestor do SUS, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Em 18 de março de 2019 a Entidade assinou o Contrato nº 14/2019, com a SESAB, com vigência até 17 de março de 2020 (ver nota 24).

Por meio desse instrumento a Entidade se compromete a dedicar 100% de seus leitos ativos ao SUS, disponibilizando-os para a Central de Regulação, executando serviços de atendimento hospitalar, ambulatorial e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, realizar procedimentos alta e média complexidade, com metas físicas pré-estabelecidas em contrato, cujas principais estão discriminadas abaixo. As metas qualitativas são avaliadas trimestralmente com acompanhamento mensal, por sistema de pontuação, que avaliam humanização (11,0), manutenção e conservação (6,0), qualidade na assistência (30,0) gestão hospitalar (34,0), formação e treinamento(5,0), regulação (12,0) e boas práticas (2,0) metas financeiras que deverão ser cumpridas em pelo menos 95%, o conjunto dos critérios do cumprimento das metas físicas e de avaliação de desempenho condiciona o pagamento do valor integral da parte física e variável do orçamento financeiro do contrato. A Entidade oferta 100% de seus leitos e de sua capacidade instalada para atendimento ambulatorial ao Sistema Único de Saúde.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

a) Plano operativo anual--Continuação

Em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia da Covid19, em março de 2020 foi publicada a Lei nº 13.992 que suspende por 120 (cento e vinte) dias a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do SUS. A lei determina que o prazo da suspensão começa a contar de 1º de março do corrente ano e garante os repasses dos valores financeiros contratualizados, na sua integralidade, bem como, mantém ainda o pagamento da produção do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec), com base na média dos últimos 12 (doze) meses. Em setembro de 2020, foi publicada a Lei 14.061 que prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde do SUS. (ver nota 24)

As metas previstas conforme contrato de gestão, são apresentadas a seguir:

Internação em média complexidade

<u>Áreas de internação</u>	<u>Nº de leitos (não auditado)</u>	<u>AIH anuais (não auditado)</u>
Clínica cirúrgica	124	7.080
Clínica médica	394	5.700
Clínica médica (leitos de retaguarda)	39	1.212
Clínica pediátrica	92	4.152
Psiquiatria	33	468
Crônicos	242	3.120
	<u>924</u>	<u>21.732</u>

Internação de alto custo em média complexidade

<u>Especialidade</u>	<u>Nº de leitos (não auditado)</u>	<u>Diárias anuais (não auditado)</u>
UTI pediátrica	9	2.964
UTI adulto	9	2.964
	<u>18</u>	<u>5.928</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

a) Plano operativo anual--Continuação

Internação de média complexidade - leitos de retaguarda

<u>Especialidade</u>	<u>Nº de leitos (não auditado)</u>
Leitos novos	22
Leitos qualificados	17
	<u>39</u>

Total de diárias anuais (não auditado) de 11.928.

Atendimento hospitalar de alta complexidade - pós-fixado

	<u>AIH anuais (não auditado)</u>
Atendimento de alta complexidade-pós fixado	2.268
	<u>2.268</u>

Procedimentos de alto custo de internação em alta complexidade

<u>Especialidade</u>	<u>Diárias anuais (não auditado)</u>
UTI pediátrica	2.964
UTI adulto	2.964
	<u>5.928</u>

Atendimento ambulatorial de média complexidade (MAC) - pré-fixado

<u>Especialidade</u>	<u>AIH anuais (não auditado)</u>
Diversas	1.559.400
	<u>1.559.400</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

a) Plano operativo anual--Continuação

Atendimento ambulatorial FAEC de média complexidade - pós-fixado

<u>Especialidade</u>	<u>Diárias anuais (não auditado)</u>
Diversas	<u>11.928</u>
	<u>11.928</u>

A Entidade obedecendo a sua vocação e as suas diretrizes estatutárias, em junho de 2013, assumiu a gestão de um centro de convivência para prestar cuidados assistenciais de saúde e sociais à população em risco social, localizada na região do Centro Histórico de Salvador, o “Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres” - CCIDP, com recursos incluídos no POA no Termo Aditivo 05/2013, ao Contrato 06/2012, no valor mensal de R\$168. Mantido no Contrato 014/2019

O Contrato 014/2019 estabelece o teto financeiro da parte pré-fixada no valor mensal de R\$10.486, com o teto do orçamento financeiro pós-fixado no valor mensal de R\$3.546. A parcela pré-fixada referente ao mês de dezembro de 2020, em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2020, foi recebida no início do exercício de 2021.

Por meio do Contrato 014/2019 repassou o incentivo da Portaria 4.047 de 18/12/2018 o valor de R\$9.300 em três parcelas de R\$3.100. R\$6.200 foram apropriados ao resultado. Entidade constituiu reserva no valor de R\$3.100 para construção da sala para abrigar um aparelho de ressonância magnética. (Nota 7).

A abertura do saldo das contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	15.783	14.244
Vencidos em até 30 dias	3.092	3
Vencidos de 31 a 120 dias	913	22
Vencidos de 121 a 180 dias	122	219
Vencidos de 181 a 360 dias	132	221
Acima de 361 dias	3.146	2.284
	<u>23.188</u>	<u>16.993</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	<u>R\$</u>
Em 31 de dezembro de 2019	(2.807)
Constituição de provisão	(318)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(3.125)</u>

A Entidade constituiu provisão para devedores duvidosos, que julga suficiente para fazer face às expectativas de perda, e cujo saldo em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao valor provável de realização das contas a receber de clientes avaliado com base na experiência de perda real, na avaliação do risco de inadimplemento das contrapartes e no monitoramento das negociações vigentes para recuperação de créditos com determinados clientes, além da magnitude do eventual impacto no resultado do exercício resultante de alterações nessas premissas.

6. Estoques

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Drogas e medicamentos	5.553	2.411
Material hospitalar	5.205	2.212
Material de uso e consumo	1.348	1.815
Estoques para revenda - CESA	536	588
Material laboratório	1.164	997
Outros estoques	2.769	1.298
(-) Provisão para perda por obsolescência	(71)	(43)
	<u>16.504</u>	<u>9.278</u>

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução

Ativo

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB (a)	43.167	38.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.814)	(16.106)
	<u>19.353</u>	<u>22.013</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

Ativo--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos convênios a receber no circulante está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos em 01 de janeiro	(16.106)	(16.106)
Adições e baixas	(7.708)	-
Saldos em 31 de dezembro	<u>(23.814)</u>	<u>(16.106)</u>

A Entidade optou por constituir provisão para devedores duvidosos sobre os saldos contabilizados no ativo não circulante, pois entende que há razoável incerteza de receber seus créditos junto à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, pela gestão das Unidades de Saúde por ela administradas sob a forma de OS (Organização Social), pois não tem obtido da SESAB data estimada para a liquidação dos créditos em aberto até a data do Balanço.

a) *Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB*

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Hospital do Oeste (i)	17.232	18.072
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	9.411	4.326
Hospital Eurídice Santana (iii)	1.496	693
	<u>28.139</u>	<u>23.091</u>
Não circulante		
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	6.263	6.263
Hospital Eurídice Santana (iii)	436	436
Hospital São Jorge (iv)	8.329	8.329
	<u>15.028</u>	<u>15.028</u>
	<u>43.167</u>	<u>38.119</u>

- (i) Hospital do Oeste (HO): refere-se a convênio com a SESAB para execução de ações e serviços de saúde que assegurem assistência universal e gratuita à população no Hospital do Oeste, em Barreiras, Bahia, por meio do contrato nº 002/2013, assinado em janeiro de 2013, por um período de dois anos, com valor mensal de R\$4.317. Em setembro de 2019 foi assinado o Termo Aditivo 114/2019, reajustando o Contrato para R\$7.605 mensais, com termo final em 31 de janeiro de 2020. Em janeiro de 2020 foi assinado o Termo Aditivo nº 021/2020 ao Contrato Gestão do Hospital do Oeste - HO nº 011/2017, prorrogando a vigência do referido contrato com termo inicial em 01/02/2020 até 31/01/2022, com valor de custeio mensal de R\$7.605. Em fevereiro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº033/2020 ao referido contrato, para revisão de metas em virtude da ampliação do número de leitos de enfermagem, com termos inicial em 01/04/2020 e final em 31/01/2022, com reajuste do valor contratado, de R\$ 7.605 para R\$8.866 mensal.
- (ii) Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho (HRMDS): contrato nº 046/2012 para a gestão, organização e execução de ações de serviços de saúde do hospital no município de Irecê, Bahia, no valor mensal de R\$3.216, a partir de outubro de 2012. O Termo Aditivo nº 141/2018 prorroga a vigência do Contrato por 12 meses, a partir de 29 de novembro de 2018, esse Contrato teve seu termo final em 29 de novembro de 2019. Em 31 de janeiro de 2020, foi assinado o Contrato de Gestão nº 005/2020 para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho pelo período de 60 meses, com valor estimado mensal de R\$4.733;

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

Ativo--Continuação

a) *Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB--Continuação*

- (iii) Hospital Eurídice Santana (HES): contrato de gestão nº 016/2014, assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, esse contrato teve seu termo final em 29 de fevereiro de 2020. A Entidade permanece na gestão da unidade hospitalar, sob a forma de prestação de serviço por indenização até que o Estado da Bahia publique e conclua novo processo de Seleção Pública;
- (iv) Hospital São Jorge (HSJ), UPA Roma: contrato de prestação de serviços de gestão com valor mensal de R\$2.381 (2015 R\$1.998), com vigência até junho de 2015, conforme Termo aditivo nº 122/2014. A gestão é executada sob pagamento por indenização, até a SESAB licitar o contrato. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, em face das respostas do credor quanto a possibilidade de liquidação do crédito, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor integral do direito a receber no valor de R\$8.329;
- (v) Hospital Regional de Juazeiro: Em dezembro de 2020 a Entidade assumiu emergencialmente a gestão do Hospital Regional de Juazeiro em Juazeiro-BA, hospital geral de referência da macrorregião do vale médio do São Francisco, com 182 leitos, através do contrato emergencial nº 206/2020, por 90 dias, no valor mensal de R\$6.037.

b) *FNS - Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde*

A Entidade recebe recursos de convênios do Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde, oriundos de emendas parlamentares, para aplicação em aquisição de equipamentos hospitalares e reforma de sua estrutura física, visando à ampliação de suas dependências e a humanização do atendimento dos pacientes da rede pública e conveniada ao Sistema Único de Saúde, SUS. Em atendimento as Instruções Normativas nº 1/97 e nº 3/2003 da Secretaria do Tesouro Nacional, a Entidade possui obrigatoriedade de prestar conta dos valores aplicados de acordo com as regras de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/2002. A Entidade sofre auditoria periódica do Ministério da Saúde, para verificar a adequada aplicação dos recursos públicos, de acordo com as exigências de lei e do plano de trabalho aprovado.

Os saldos passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referem-se aos gastos ainda não realizados pela Entidade, e ainda, a novos recursos recebidos por meio de convênios firmados com o Ministério da Saúde, destinados à reforma da estrutura física e aquisição de equipamentos hospitalares ou despesas de custeio.

O Ministério da Saúde liberou auxílio financeiro para as santas casas e hospitais filantrópicos para ações coordenadas no controle da Covid-19 por meio das portarias 1393 e 1448, de maio de 2020, a Entidade foi contemplada com o valor de R\$10.170. Para execução de custeio e investimento, mediante plano de trabalho e prestação de contas.

A portaria MS 3339/2019, liberou em 2020, recursos do bloco de custeio das ações e serviços públicos de saúde - grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), a Entidade recebeu R\$2.229, para execução de custeio e investimento, mediante plano de trabalho e prestação de contas.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

Ativo--Continuação

c) *Contratos OS/SESAB*

O Governo do Estado da Bahia criou o Programa Estadual de Organizações Sociais com o objetivo de fomentar a absorção da gestão de atividades ou serviços públicos por entidades sem fins lucrativos selecionados e qualificados como Organizações Sociais. Por meio de contrato de gestão, que é o instrumento que institui e disciplina parceria entre o Estado e as Organizações Sociais, pactua-se a gestão de determinados serviços públicos, buscando resultados de eficiência e eficácia com flexibilidade, por meio de metas pactuadas, sem descuidar dos princípios que regem a administração pública, principalmente a eficiência e a economicidade, atualmente regida pela Lei nº 8.647, em 22 de janeiro de 2004, e pelo Decreto nº 8.890.

Com a finalidade de ajustar o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, ao cumprimento do que determina a legislação pertinente, a Entidade constituiu provisão para devolução dos repasses dos convênios, no montante dos resultados líquidos apurados em cada contrato de gestão.

d) *Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador*

Com a finalidade de participar do enfrentamento à grave pandemia da Covid-19, a Entidade firmou contrato 300/2020, com a Prefeitura Municipal de Salvador-PMS, assumiu a gestão, planejamento e operacionalização das ações e serviços de saúde do Hospital Família Sagrada-HFS, que atua exclusivamente no combate à pandemia da Covid-19, iniciou em maio de 2020, com vigência de 180 dias, inicialmente 20 leitos de UTI e 55 leitos de enfermaria, com valor mensal de R\$3.713. Em julho o contrato foi aditivado, ampliando o número de leitos de UTI para 40 e de enfermaria para 71, com acréscimo de valor para R\$5.607 mensal; em novembro foi assinado o 2º termo aditivo prorrogando o referido contrato para fevereiro de 2021. Em dezembro de 2020 o contrato foi aditivado por meio do 3º termo aditivo, ampliando o número de leitos com mais 20 de UTI e 10 de clínica médica, com o valor mensal total de R\$7.468.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

Ativo--Continuação

d) *Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador--Continuação*

i) Hospital do Oeste (HO)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	105.156	74.581
Doações	406	6
Glosas	-	(424)
Resultado operacional bruto	105.562	74.163
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(56.652)	(48.155)
Despesas gerais e administrativas	(8.978)	(7.353)
Materiais	(19.661)	(14.920)
Depreciação	-	(8)
Outras receitas	477	495
PCLD	(7.014)	-
Total das despesas operacionais	(91.828)	(69.941)
Despesas financeiras	(23)	(16)
Superávit do exercício	13.711	4.206

ii) Hospital Eurídice Santana

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	8.320	8.320
Rendimentos financeiros	3	-
Doações	36	-
Resultado operacional bruto	8.359	8.320
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(5.012)	(5.580)
Despesas gerais e administrativas	(1.177)	(1.236)
Materiais	(886)	(957)
Depreciação	-	(1)
PCLD	(693)	-
Total das despesas operacionais	(7.768)	(7.774)
Despesas financeiras	(5)	(3)
Superávit do exercício	586	543

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

Ativo--Continuação

d) *Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador--Continuação*

iii) Hospital Regional Doutor Mário Dourado Sobrinho

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	56.215	48.943
Glosas	-	(537)
Doação	81	1
Rendimentos financeiros	26	-
Resultado operacional bruto	56.322	48.407
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(37.686)	(34.601)
Despesas gerais e administrativas	(5.452)	(4.335)
Materiais	(12.675)	(10.030)
Total das despesas operacionais	(55.813)	(48.966)
Despesas financeiras	(23)	(16)
Superávit do exercício	486	(575)

iv) Hospital Regional de Juazeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	6.037	-
Resultado operacional bruto	6.037	-
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(1.809)	-
Despesas gerais e administrativas	(81)	-
Materiais	(10)	-
Total das despesas operacionais	(1.900)	-
Superávit do exercício	4.137	-

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

Ativo--Continuação

d) *Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador--Continuação*

v) Hospital Família Sagrada

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	34.176	-
Glosas	(1.717)	-
Resultado operacional bruto	32.459	-
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(14.001)	-
Despesas gerais e administrativas	(4.060)	-
Materiais	(4.518)	-
Total das despesas operacionais	(22.579)	-
Superávit do exercício	9.880	-

Passivo - Recursos de convênios em execução

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SESAB	9.917	3.100
FNS - Ministério da Saúde (b)	1.750	673
Sua Nota e Um Show	-	258
CMDCA - Prefeitura Municipal de Simões Filho	289	-
Receitas antecipadas alta complexidade	3.757	-
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	15.984	2.274
Contratos OS/SESAB - HES (c) (ii)	9.455	8.869
Contratos OS/SESAB - HSJ (c) (iii)	1.603	1.687
Contratos OS/SESAB - HRDMS (c) (iv)	8.051	9.186
Contratos OS/SESAB - HRJ (c) (v)	4.137	-
Contratos OS/PMS - HFS (c) (vi)	9.880	-
	64.823	26.047

8. Depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos judiciais	962	643
Bloqueios judiciais	759	217
	1.721	860

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Depósitos judiciais--Continuação

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	<u>Valor</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.935
Adições	2.026
Baixas	<u>(3.101)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	860
Adições	4.102
Baixas	<u>(3.241)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.721</u>

Os depósitos judiciais são constituídos por valores depositados em conta remunerada e vinculada em bancos oficiais, com o objetivo de garantir a viabilidade do conhecimento dos recursos nas ações que a Entidade figura como parte.

Visando recuperar valores depositados em garantia de processos judiciais, a Entidade constituiu escritório de advogados especializados em recuperação desses créditos não sacados em processos encerrados.

Os bloqueios judiciais são recursos bloqueados pelo juiz, em recursos em conta corrente ou aplicações financeiras, até o montante do valor da causa nas ações que a Entidade é ré, como garantia de futura execução judicial contra a Entidade, pela outra parte se vencedora na ação.

9. Imobilizado

	2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Edificações e benfeitorias	55.535	(15.260)	40.275	39.305
Máquinas e equipamentos	7.158	(4.324)	2.834	2.847
Equipamentos médicos	34.144	(17.143)	17.001	16.457
Aparelhos diversos	1.565	(711)	854	827
Móveis e utensílios	3.683	(2.525)	1.158	1.196
Veículos	2.088	(1.332)	756	612
Equipamentos de informática	12.702	(7.783)	4.919	3.477
Outros ativos	325	-	325	233
Terrenos	2.777	-	2.777	2.777
Obras em andamento (a)	304	-	304	261
Recursos de doações e subvenções (b)	(27.390)	-	(27.390)	(26.040)
	92.891	(49.078)	43.813	41.952

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

- (a) Refere-se, principalmente, aos custos incorridos com a obras de ampliação de e requalificação de unidades do hospital, do novo refeitório e obras no Santuário da Santa Dulce do Pobres.
- (b) Refere-se a valores recebidos em doações e subvenções para investimento que, com o advento da lei 11.638/2007, deixaram de ser contabilizadas no Patrimônio Social e passaram a ser lançados como redutoras do ativo imobilizado e apropriadas ao resultado pela realização da respectiva quota de depreciação dos bens adquiridos.

A Entidade mantém registrada reavaliação dos bens do ativo imobilizado, resultando em mais valia de R\$10.833 (31 de dezembro de 2019 - R\$11.082), contabilizada a débito do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo no exercício é a seguinte:

	2018	Adições	Baixas	Transf.	2019
Imobilizado em serviço - Custo					
Edificações e benfeitorias	48.286	685	-	4.057	53.028
Máquinas e equipamentos	6.322	555	(37)	-	6.840
Equipamentos medicos	28.296	3.209	(164)	(1)	31.340
Aparelhos diversos	1.395	71	-	-	1.466
Móveis e utensílios	3.505	101	(2)	1	3.605
Veículos	1.790	-	-	-	1.790
Equipamentos de informática	7.872	2.607	(69)	-	10.410
Outros ativos	148	85	-	-	233
Terrenos	2.777	-	-	-	2.777
	100.391	7.313	(272)	4.057	111.489
Depreciação acumulada					
Edificações e benfeitorias	(12.054)	(1.555)	-	-	(13.609)
Máquinas e equipamentos	(3.585)	(450)	36	-	(3.999)
Equipamentos medicos	(12.869)	(2.181)	2	-	(15.048)
Aparelhos diversos	(563)	(80)	68	-	(575)
Móveis e utensílios	(2.272)	(152)	149	-	(2.275)
Veículos	(1.033)	(145)	-	-	(1.178)
Equipamentos de informática	(6.214)	(861)	-	-	(7.075)
	(38.590)	(5.424)	255	-	(43.759)
Subtotal	61.801	1.889	(17)	4.057	67.730
Obras em andamento	2.142	2.388	(212)	(4.057)	261
Valores provenientes de convênios	(25.475)	(2.043)	1.479	-	(26.039)
	38.468	2.234	1.250	-	41.952

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

	2019	Adições	Baixas	Transf.	2020
Imobilizado em serviço - Custo					
Edificações e benfeitorias	53.028	1.049	-	1.458	55.535
Máquinas e equipamentos	6.840	479	(161)	-	7.158
Equipamentos médicos	31.340	2.869	(65)	-	34.144
Aparelhos diversos	1.466	107	(8)	-	1.565
Móveis e utensílios	3.605	109	(31)	-	3.683
Veículos	1.790	298	-	-	2.088
Equipamentos de informática	10.410	2.448	(156)	-	12.702
Outros ativos	233	91	-	-	324
Terrenos	2.777	-	-	-	2.777
	111.489	7.451	(421)	1.458	119.976
Depreciação acumulada					
Edificações e benfeitorias	(13.609)	(1.651)	-	-	(15.260)
Máquinas e equipamentos	(3.999)	(450)	125	-	(4.324)
Equipamentos médicos	(15.048)	(2.150)	55	-	(17.143)
Aparelhos diversos	(575)	(145)	9	-	(711)
Móveis e utensílios	(2.275)	(282)	32	-	(2.525)
Veículos	(1.178)	(154)	-	-	(1.332)
Equipamentos de informática	(7.075)	(868)	160	-	(7.783)
	(43.759)	(5.700)	381	-	(49.078)
Subtotal	67.730	1.750	(40)	1.458	70.898
Obras em andamento	261	1.502	-	(1.458)	305
Valores provenientes de convênios (b)	(26.039)	(3.740)	2.389	-	(27.390)
	41.952	(488)	2.349	-	43.813

10. Fornecedores

	2020	2019
Material hospitalar	15.198	16.236
Produtividade médica	4.463	-
Energia	920	486
Demais fornecedores	681	-
	21.262	16.722

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	2020	2019
Bradesco S.A. - CDC	11,35% a. a	595	850
Fundação Irmã Dulce	INPC	2.406	-
		3.001	850
Circulante		255	255
Não circulante		2.746	595

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Salários a pagar	9.454	7.019
FGTS a pagar	1.581	1.251
Provisão de férias	14.586	12.790
FGTS s/ férias	1.164	1.042
INSS retido folha	1.885	-
	28.670	22.102

13. Provisão para rescisões trabalhistas

	2020	2019
Provisão para rescisões - HO (i)	8.426	8.176
Provisão para rescisões - HRMDS (ii)	5.230	4.803
Provisão para rescisões - HES (iii)	1.016	1.146
	14.672	14.125

A Entidade, com a finalidade de reconhecer os efeitos da Lei nº 8.647/2003 do Estado da Bahia a qual rege as atividades das Organizações Sociais no âmbito dos contratos com o Estado da Bahia, provisionou montante correspondente aos efeitos de rescisões trabalhistas de seus colaboradores lotados nos hospitais por ela administrados:

- (i) Hospital do Oeste (HO) - Em 1 de fevereiro de 2017 foi assinado o Contrato de Gestão nº 011/2017 Em janeiro de 2020 foi assinado o Termo Aditivo nº 021/2020 ao referido Contrato, prorrogando a vigência do referido contrato com termo inicial em 01/02/2020 até 31/01/2022;
- (ii) Hospital Regional Doutor Mário Sobrinho (HRMDS) - Em 31 de janeiro, foi assinado o Contrato de Gestão nº 005/2020 para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho pelo período de 60 meses;

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Provisão para rescisões trabalhistas--Continuação

(iii) Hospital Eurídice Santana (HES) - Contrato encerrado em 1º de março de 2016, tendo sido prorrogado por meio do Termo Aditivo nº028/2016, por um ano, com termo final em 28 de fevereiro de 2017. Em junho de 2017, foi publicada a Resolução Ad Referendum nº 05/2017, aprovando prorrogação do Contrato nº 016/2014, 2º termo aditivo, por 12 meses. O Termo Aditivo nº 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, o Termo Aditivo 023/2019 de fevereiro de 2019 prorrogou a vigência do referido Contrato até 29 de fevereiro de 2020. A Entidade permanece na gestão da unidade hospitalar, sob a forma de prestação de serviço por indenização até que o Estado da Bahia publique e conclua novo processo de Seleção Pública.

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a processos trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, como segue:

	2020	2019
Trabalhistas		
Plano Collor (a)	6.619	6.119
Outras	1.976	1.476
Subtotal	8.595	7.595
Cíveis (b)	867	867
	9.462	8.462

A movimentação dos saldos é apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.453	712	8.165
Adição	142	155	297
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.595	867	8.462
Adição	1.000	-	1.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.595	867	9.462

(a) Plano Collor

A Entidade é ré em ação judicial, nº 00591-1996-000-05-0-00 RT, movida pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas e Massagistas de Salvador, em que 616 profissionais questionam a compensação de 84,32% que teria sido realizada indevidamente na correção salarial de 1º de janeiro de 1992. A Entidade entrou com Ação Rescisória, objetivando a suspensão da execução que se promovia do processo, logrando êxito em parte, reduzindo o valor da condenação no litígio principal nº 01116-1992-004-05-00-0 RT. Após essa decisão, o Sindicato interpôs Recurso Ordinário, o qual foi negado, Embargos de Declaração, seguimento negado, interpôs Recurso Extraordinário, negado provimento ao recurso, opôs Embargos de Declaração que tiveram seu provimento negado em todas as instâncias. Foi mantido o Acórdão que julgou procedente em parte a Ação Rescisória, requereu a Entidade a sustação de todos os atos de liquidação do processo principal e a remessa dos autos para a 5ª Turma Recursal para que fosse cumprida a coisa julgada se completasse o julgamento do Recurso Ordinário da parte contrária, impugnando o laudo pericial contábil apresentado na ação principal a decisão proferida na Ação Rescisória, teve, portanto, seu trânsito em julgado na qual a Entidade logrou êxito parcial reduziu transitoriamente o valor da condenação advinda do processo nº 01116-1992-004-05-00-0.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas--Continuação

(b) Cíveis

A Entidade é ré em algumas ações cíveis movidas por pacientes que pleiteiam indenizações por erros médicos e danos morais.

Adicionalmente, a Entidade possui outros processos de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis avaliados como perdas possíveis, para os quais não foram constituídas provisões, cujos saldos em 31 de dezembro de 2020 somam R\$1.669 (31 de dezembro de 2019 - R\$4.364).

15. Patrimônio social

a) Fundo patrimonial

Composto pelo patrimônio de formação da Entidade, no montante de R\$8.198.

b) Doações e subvenções

Formado pelas doações de bens imóveis, veículos, equipamentos, ou pelos recursos doados especificamente para a aquisição de bens dessa natureza até 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$19.705. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Entidade passou a contabilizar esses valores em conta redutora do ativo originado pelas doações e subvenções, em analogia ao CPC 07 (R1) de 5 de novembro de 2010.

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado. Com o advento da Lei nº 11.638/07, a Entidade decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação em conformidade com as isenções permitidas pelo CPC 13, que está sendo apropriada ao superávit acumulado com base na depreciação e ou baixa dos bens reavaliados. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possuía registrado na reserva de reavaliação o montante de R\$10.833 (2019 - R\$11.082).

16. Receitas operacionais com restrição - Programa de saúde

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SESAB - Hospital do Oeste	105.562	74.157
SESAB - HRMDS	56.296	48.406
SESAB - Hospital Eurídice Santana	8.357	8.320
SESAB - HRJ	6.037	-
PMS - HFS	32.459	-
	<u>208.711</u>	<u>130.883</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social

A Entidade atua na área de Assistência Social através do Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, do Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM, Centro Educacional Santo Antônio - CESA e do Programa Jovem Aprendiz.

O Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II - CAPD, presta acolhimento e proteção integral a 81 pessoas portadoras de deficiência, sem condições de auto sustentabilidade, em função da deficiência e da perda dos vínculos familiares e sociais, essas pessoas foram acolhidas pela Entidade. Os objetivos primordiais são: favorecer o desenvolvimento pessoal, o bem-estar, a inclusão social e a desinstitucionalização, através da efetiva aplicação das políticas públicas. A faixa etária dos usuários está entre 20 e 69 anos. Foram admitidos na Instituição até o ano de 2005, sendo, em sua maioria, acolhidos pela própria Fundadora, Irmã Dulce.

O Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães - CGGJM atende ao idoso em risco social e portador de síndrome de fragilidade, através da prestação de cuidados básicos, propiciando atividades de socialização, lazer e terapias ocupacionais, objetivando melhorar a sua interação e autonomia. São 71 idosos admitidos no abrigo, que foram encaminhados por órgãos públicos ou ingressaram através de demanda espontânea.

A Entidade desenvolve ações voltadas para o oferecimento de proteção social básica a 763 crianças e adolescentes matriculados no Centro Educacional Santo Antônio - CESA, Escola Pública de ensino fundamental que funciona nas dependências de sua filial localizada no município de Simões Filho, na Bahia. São cerca de 500 famílias atendidas, com diversos níveis de carência: econômica, afetiva e cultural, decorrentes das condições de privação, identificadas pelo Serviço Social da Entidade. Embora a escola municipal, no cenário da pandemia da Covid-19, tenha permanecido fechada, os alunos receberam apoio pedagógico nas atividades escolares, respeitadas as limitações estruturais do Município de Simões Filho e da Entidade.

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, através do Centro de Panificação mantido pela Entidade, No exercício findo em 2020, a Entidade não recebeu recursos de convênio FMDCA de Simões Filho e outros convênios destinados especificamente para apoio das atividades de assistência no município de Simões Filho-BA.

As receitas geradas nas atividades comerciais são destinadas a manutenção das atividades de assistência social, bem como, parte das receitas arrecadadas com doações sem destinação específica.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social-- Continuação

	2020	2019
Receita bruta-Centro Educacional Santo Antônio		
Venda de produtos	9.612	8.332
Venda de mercadorias	634	689
Deduções e abatimentos	(841)	(483)
CPV/CMV	(6.706)	(6.081)
Receita líquida de vendas	2.699	2.457
Receitas de doações	849	735
Receitas de convênios	-	141
	3.548	3.333
Receitas/(despesas) operacionais		
Custos/despesas com pessoal	(2.767)	(2.372)
Despesas gerais e administrativas	(1.705)	(1.529)
Materiais	(576)	(668)
Depreciação	(152)	(152)
Outras receitas operacionais	173	192
Déficit antes das receitas (despesas) financeiras	(1.479)	(1.196)
Despesas financeiras	(387)	(436)
Receitas financeiras	8	8
Déficit do exercício	(1.858)	(1.624)
	2020	2019
Receita bruta-Loja/Café		
Venda de produtos		
Venda de mercadorias	2.074	4.796
Deduções e abatimentos	(300)	(78)
CMV	(1.042)	(2.216)
Receita líquida de vendas	732	2.502
Receitas de doações	43	134
	775	2.636
Receitas/(despesas) operacionais		
Custos/despesas com pessoal	(447)	(408)
Despesas gerais e administrativas	(333)	(327)
Depreciação	(26)	(25)
Outras receitas operacionais		(6)
Déficit antes das receitas (despesas) financeiras	(31)	1.870
Despesas financeiras	(43)	(37)
Receitas financeiras		2
Déficit do exercício	(74)	1.835

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, através do Centro de Panificação mantido pela Entidade.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social-- Continuação

Estas atividades de apoio à Assistência Social, foram reconhecidas no Resultado do Exercício na Rubrica Assistência Social.

Programa Dulce Aprendiz (Jovem Aprendiz)

O Programa Dulce Aprendiz foi registrado em 30 de novembro de 2015, sob o nº 43.117, pela portaria MTE 723/12, com cadastro no CNAP do curso Técnico em operações administrativas, aprovado pelo CMDCA - Salvador - BA, sob nº 036/92, conforme a lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

A Entidade forma o aprendiz, atualmente no curso Auxiliar Administrativo com a carga horária total de 1.280 horas, sendo 400 horas de teoria e 880 horas de prática. O Programa visa prioritariamente atender jovens e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, entre 14 e 24 anos, com exceção dos portadores de deficiência para os quais não há limite de idade. Os jovens são pré-selecionados após inscrição no site da OSID, com aplicação de um questionário social, redação e entrevista. Os jovens são encaminhados para participarem da seleção quando solicitado pelas empresas que precisam cumprir a cota de contratação do Jovem Aprendiz. Aqueles que forem aprovados farão a formação da Aprendizagem Profissional por meio de aulas teóricas e práticas de trabalho nas dependências da Entidade Formadora, sendo que os jovens que tiverem menos de 18 anos fazem a formação prática na própria empresa contratante. As empresas contratantes passam a ser parceiras do nosso Programa de Aprendizagem e são elas as responsáveis pelo cumprimento das Leis Trabalhista no que se refere ao contrato do jovem aprendiz. Há também a cobrança à empresa parceira de uma contribuição mensal por aprendiz/mês, com a média de R\$130,00 (cento e trinta reais). Para participantes do programa há gratuidade integral, em 2020 foram 90 jovens. As taxas cobradas das empresas parceiras são aplicadas na manutenção do Programa Dulce Aprendiz. Toda atividade de Assistência Social é prestada gratuitamente, sem a exigência de qualquer contraprestação, obedecidas as condições da legislação vigente, dos usuários moradores ou não moradores, sejam eles idosos ou pessoas com deficiência, crianças, adolescentes ou jovens, bem como, de qualquer pessoa que seja beneficiada por ações ou programas.

18. Receitas operacionais sem restrição - Sistema Único de Saúde - PO

	2020	2019
Plano Operativo	125.843	136.568
FAEC/Alta complexidade	36.920	31.459
	162.763	168.027

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Receitas operacionais sem restrição - Sistema Único de Saúde - PO-- Continuação

Desde setembro de 2004, a Entidade assinou contratos para a prestação de serviços de saúde, colocando à disposição do Gestor Público de Saúde, pela integração à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde-SUS todos os seus leitos hospitalares, bem como integralmente a prestação de serviços ambulatoriais, contratualizados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB. Os contratos estabelecem metas quantitativas, qualitativas e financeiras, remunerando-as com uma parte fixa que corresponde à produção de procedimentos de baixa e média complexidade, incentivo destinado aos hospitais-escola, incentivo à contratualização e a uma parte variável que abrange procedimentos de Alta Complexidade e ao FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação), mas submetido a teto físico-financeiro.

19. Custo dos serviços prestados - Saúde

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Hospital Santo Antônio	(151.195)	(142.395)
SESAB - Hospital do Oeste	(92.306)	(70.436)
SESAB-Hospital Eurídice Santana	(7.768)	(7.774)
SESAB - HRJ	(55.814)	(48.966)
SESAB - HRJ	(1.901)	-
PMS - HFS	(22.579)	-
	<u>(331.563)</u>	<u>(269.571)</u>

20. Despesas com pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(16.710)	(22.253)
Férias	(2.028)	(2.716)
FGTS	(1.953)	(2.379)
13º salário	(1.499)	(1.985)
Vale transporte	(215)	(380)
Desconto aviso prévio	(201)	(117)
Bolsa estágio	(50)	(144)
Seguro	(44)	(82)
Outras	(161)	(705)
	<u>(22.861)</u>	<u>(30.761)</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Manutenção	(1.950)	(2.781)
Serviços de terceiros	(1.872)	(2.996)
Energia elétrica	(1.081)	(1.751)
Aluguéis	(987)	(1.325)
PECLD	(319)	(928)
Provisão para contingências	(1.000)	(297)
Água	(706)	(1.021)
Doações efetuadas	(132)	(144)
Impressos	(34)	(73)
Telefone	(84)	(136)
Refeições	(27)	(67)
Manutenção de veículos	(6)	(36)
Seguros	(3)	(22)
Contribuições	-	(34)
Despesas com viagens	(25)	(188)
Treinamento	(9)	(113)
Outras	(320)	(353)
SESAB - HRMDS (a)	(486)	575
SESAB - Hospital Eurídice Santana (a)	(586)	(543)
SESAB - Hospital do Oeste (a)	(13.711)	(4.207)
SESAB - Hospital Regional de Juazeiro (a)	(4.137)	-
PMS - Hospital Família Sagrada (a)	(9.880)	-
	<u>(37.355)</u>	<u>(16.440)</u>

(a) Corresponde à reclassificação das despesas ou receitas dos contratos de gestão para o ativo ou passivo circulante, até o limite dos seus respectivos déficits ou superávits do exercício.

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Entidade, que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de mercado

i) *Risco cambial*

O risco associado decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não possuía exposição cambial significativa, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

ii) *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, sempre que possível, a Empresa efetua captação de recursos utilizando taxas prefixadas. Substancialmente, a Empresa está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e SELIC, que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais a Empresa estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras. Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, a qual foi definida como cenário provável e, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos ou resgates de cada operação.

A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2020, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade possuía um contrato de CDC de empréstimos e financiamentos com taxa de juros pré-fixada em 11.35% a.a., com saldo devedor de 28 parcelas, bem como um contrato de mútuo com a Fundação Irmã Dulce no valor de R\$2.406, atualizado pelo INPC (Nota 11).

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de mercado

iii) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a receber.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A Administração avalia a qualidade do crédito, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída.

iv) *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Entidade.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Entidade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Saldos em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	16.722	-	-
Empréstimos e financiamentos	255	595	-
	<u>16.977</u>	<u>595</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	21.262	-	-
Empréstimos e financiamentos	255	2.746	-
	<u>21.517</u>	<u>2.746</u>	

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

23. Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais perdas, cujo montante segurado foi de R\$250.756 (2019 R\$98.019), incluindo bens de terceiros.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições

A Entidade é imune a impostos e contribuições, nos termos da Constituição Federal, artigo 150, parágrafo VI item c, pelo fato de ser uma entidade sem fins econômicos ou lucrativos, e obteve renovação do CEBAS - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

Em 5 de agosto de 2019, por meio do Ofício nº 1534/2019/SAES/MS, o DCEBAS em cumprimento da Lei 12.101/2009, abriu processo de supervisão da concessão do CEBAS triênio 2016-2018. Em 05 de fevereiro de 2020, através do Ofício 101/2020/DCEBAS/SAES/MS, encerrando o processo de supervisão do referido CEBAS, notificou a Entidade a abertura de processo de cancelamento do CEBAS concedido pela Portaria nº 799, triênio 01/01/2016 a 31/12/2018, sob a alegação de descumprimento do requisito de apresentação de contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS do período de 01/01/2018 a 31/12/2018, abriu-se prazo 30 dias a contar da data do recebimento da notificação. Entidade apresentou tempestivamente defesa, alegando que firmou Termo de Compromisso com o gestor do SUS, uma vez que nesse período da prestação do serviço ao SUS não teve cobertura contratual, mas, não houve interrupção da prestação integral ao SUS. Até a data não houve manifestação do DCEBAS/SAES/MS. Em 14 de fevereiro de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União-DOU a Portaria SAES/DCEBAS/MS nº10, de 10 de fevereiro de 2020, a qual defere a renovação do CEBAS da Entidade para o triênio 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. Caso não possuísse o referido Certificado, seria devido o montante aproximado de R\$42.170, no exercício de 2020 (2019 - R\$37.384), a título de contribuição previdenciária patronal.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INSS Empresa	29.285	25.961
Terceiros	8.492	7.529
SAT	4.393	3.894
	<u>42.170</u>	<u>37.384</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições--Continuação

A Entidade atua preponderantemente na área de saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2012 e suas alterações. Desse modo, ofertou em conformidade a referido arcabouço legal, o Decreto 8.242/2014 e a Portaria MS nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, no mínimo 60% de seus serviços ao SUS:

- (i) Comprovou o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênera celebrado junto ao gestor local do SUS;
- (ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, realizou o somatório das internações realizadas e o total de procedimentos ambulatoriais:

	Quantitativo de internações hospitalares (não auditado)	Número de pacientes-dia (não auditado)	Quantitativo de atendimentos ambulatoriais (não auditado)
SUS	9.399	175.494	1.033.934
Não SUS	-	-	-
Total	9.399	175.494	1.033.934
Percentual de serviços ofertados ao SUS	100%	100%	100%

25. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Entidade definiu dois segmentos operacionais, que são gerenciados, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Administração da Entidade. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas nas notas explicativas das respectivas rubricas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

25. Informação por segmento--Continuação

	Saúde		Assistência Social		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas operacionais brutas						
Com restrição:						
Programa de saúde/convênio	8.517	1.629	-	-	8.517	1.629
Programa de saúde	208.711	130.883	-	-	208.711	130.883
Programa de assistência social	-	-	1.596	2.014	1.596	2.014
Rendimentos financeiros	96	-	-	-	96	-
Sem restrição:						
Sistema único de saúde - POA	162.763	168.027	-	-	162.763	168.027
Subvenções	-	18.000	-	-	-	18.000
Doações	9.352	2.848	8.275	13.465	17.627	16.313
Vendas de produtos e mercadorias	-	-	11.088	13.250	11.088	13.250
Rendimentos financeiros	178	167	-	10	178	177
Outros recursos recebidos	2.652	2.631	-	-	2.652	2.631
	392.269	324.185	20.959	28.739	413.228	352.924
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos						
Saúde/Assistência social						
Com pessoal	(139.301)	(112.565)	(5.768)	(6.102)	(145.069)	(118.667)
Serviços médicos	(77.142)	(66.554)	(49)	(230)	(77.191)	(66.784)
Gerais e administrativas	(41.521)	(24.285)	(3.255)	(2.943)	(44.776)	(27.228)
Material médico hospitalar	(60.064)	(55.793)	(545)	(770)	(60.609)	(56.563)
Materiais diversos	(11.189)	(8.320)	(901)	(1.058)	(12.090)	(9.378)
Depreciação	(2.346)	(2.054)	(162)	(264)	(2.508)	(2.318)
CPV/CMV	-	-	(7.762)	(8.348)	(7.762)	(8.348)
	(331.563)	(269.571)	(18.442)	(19.715)	(350.005)	(289.286)
Resultado operacional bruto	60.706	54.614	2.517	9.024	63.223	63.638
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com pessoal	(21.656)	(28.665)	(1.205)	(1.657)	(22.861)	(30.322)
Despesas gerais e administrativas	(6.856)	(10.288)	(381)	(595)	(7.237)	(10.883)
PECLD	-	(928)	(319)	-	(319)	(928)
Provisão para contingências	(1.000)	(297)	-	-	(1.000)	(297)
Sesab-Contratos de Gestão	(28.799)	(4.175)	-	-	(28.799)	(4.175)
Materiais diversos	(8.232)	(9.439)	(458)	(546)	(8.690)	(9.985)
Depreciação	(706)	(1.336)	(39)	(77)	(745)	(1.413)
Outras receitas	2.469	2.471	-	187	2.469	2.658
	(4.074)	1.957	115	6.336	(3.959)	8.293
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-
(Despesas) financeiras	(840)	(576)	(387)	(474)	(1.227)	(1.050)
Cota patronal INSS-Portaria 1.970/2011	(42.170)	(37.387)	-	-	(42.170)	(37.387)
Reversão Cota patronal INSS-Portaria 1.970/2011	42.170	37.387	-	-	42.170	37.387
Superávit (déficit) do exercício	(4.914)	1.381	(272)	5.862	(5.186)	7.243

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Eventos subsequentes

Contratos de Prestação de Serviço

Em 18 de março de 2019, foi assinado o Contrato nº 014/2019 para a prestação de serviços assistenciais de média e alta complexidade na atenção ambulatorial e hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS, pela integração da Entidade à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo (PO), valor estimado R\$177.697, com vigência de 12 meses sob regime de empreitada por valor global. O referido contrato encerrou sua vigência em 18/03/2020, contudo, a Entidade permanece prestando serviço ao Gestor local do SUS, em consonância com o Ofício NAC/DICON nº 23/2021, da SESAB, de 11 de janeiro de 2021, que declara a vigência do supra referido Contrato, bem como garante a contratualização dos serviços ao SUS com as metas quantitativas e qualitativas estabelecidas no Plano Operativo.

Renovação Contrato Gestão do Hospital Regional de Juazeiro RJ

Em março de 2021, foi assinado o 1º termo aditivo ao contrato 206/2020, prorrogando a vigência do referido contrato por 90 dias.

Contrato Emergencial Hospital de Campanha Arena Fonte Nova-HCAFN

Em março de 2021, a Entidade atendeu à solicitação do Governo da Bahia, firmou com a Sesab o contrato nº 001/2021, para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde do Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, exclusivo para enfrentamento à pandemia da Covid-19, são 200 leitos de UTI e clínicos, inicialmente com termo de vigência de 90 dias. Com valor mensal de R\$6.567.

Contratos OS/Prefeitura Municipal de Salvador

Continuando a política governamental de enfrentamento à pandemia da Covid-19, em fevereiro de 2021, foi assinado o 4º termo aditivo ao contrato 300/2020 firmado com a PMS, prorrogando vigência do referido contrato por mais 90 dias na gestão do HFS. Em maio de 2021, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato 300/2020, prorrogando-o por 90 dias.

UPA Santo Antônio

Em outubro de 2020, a Entidade participou do processo licitatório com a finalidade de conquistar a gestão e operacionalização das ações de saúde da UPA Santo Antônio em Salvador-BA, sagrando-se vencedora do certame. Em maio de 2021 foi assinado o contrato de gestão nº 206/2021, com a PMS, com termo inicial em junho de 2021 e vigência de 24 meses, com valor mensal de R\$1.509.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Eventos subsequentes--Continuação

Contratualização ao SUS-CEBAS

A Presidência da República, sancionou lei que prorroga a suspensão da manutenção das metas quantitativas e qualitativas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A norma também altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, para que, nos requerimentos de concessão-renovação do CEBAS, protocolados até 31/12/2021, com exercício de análise até 2020, fosse considerada como instrumento congênere declaração do gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS) para atestar a existência de relação de prestação de serviços de saúde, conforme definido em ato do ministro de Estado da Saúde, bem como para prorrogar até 31/12/2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do SUS, estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, em decorrência da pandemia causada pela Covid-19 o que restou por comprometer o cumprimento das referidas metas.

Nesse sentido, modificou a data para admissão dos requerimentos protocolados em processos de concessão e renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de “até 31 de dezembro de 2018 e com exercício de análise até 2017” para “até 31 de dezembro de 2021 e com exercício de análise até 2020”, bem como a data para não admissão da declaração do gestor local do SUS que ateste a existência de relação de prestação de serviço ao SUS. A Lei nº 14.123 de março de 2021, prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.

* * *